



Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
Demonstrações Financeiras de
31 de dezembro de 2013 e 2012

Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria	5
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas.as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos, encontra-se disponível em nossa página, na rede mundial de computadores (*Internet*) no sítio: www.br.bk.mufg.jp.

Risco de Crédito

Em atendimento à Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito, sendo o Departamento *Risk Management - Grupo Credit Risk Control* o responsável pela identificação, monitoramento e controle a aderência a política de crédito e aos riscos de crédito associados a cada unidade do banco.

Risco de Mercado

Em atendimento à Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado, sendo o Departamento de *Risk Management - Grupo Market Risk Control* a área responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado assumidos pelo Banco.

Risco de Liquidez

Em atendimento à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez, sendo o Departamento de *Risk Management - Grupo Market Risk Control* a área responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez assumidos pelo Banco.



Risco Operacional

Em atendimento à Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, e adota como metodologia a “Abordagem do Indicador Básico” para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao Risco Operacional, de que tratam a Resolução nº 3.490 de 29 de agosto de 2007.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital

Em atendimento aos artigos 10º e 12º da Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A indicou em 25 de novembro de 2011 o diretor responsável e definiu o Departamento *Risk Management - Grupo Credit Risk Control* como a estrutura organizacional para a implementação da estrutura de gerenciamento de capital. Em reunião de diretoria realizada em 27 de junho de 2012, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A aprovou a Política Institucional, os processos, procedimentos e sistemas necessários para a implementação da Estrutura de Gerenciamento de Capital. Em conformidade com o artigos 5º e 8º da Resolução nº 3.988 foi aprovado em 30/01/2014, em Reunião de Diretoria, o Plano de Capital do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria que, além do Diretor Responsável possui uma Ouvidora, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

14 de março de 2014

A Administração



Resumo do relatório do Comitê de Auditoria

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A, zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

No decorrer do período foram realizadas reuniões de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de outras áreas.

Destacamos como principais, os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do 2º semestre de 2013;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos;
- Apresentação das demonstrações financeiras em IFRS; e
- Acompanhamento da gestão de riscos e assuntos de compliance.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Internas e Independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A.

14 de março de 2014.

O Comitê de Auditoria



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e à Administração do
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira do banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 14 de Março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	2013	2012	Passivo	2013	2012
Circulante	6.139.783	4.734.795	Circulante	5.140.404	3.735.169
Disponibilidades	7.789	5.262	Depósitos	2.039.704	1.356.317
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.508.589	1.898.974	Depósitos à vista	149.849	150.122
Aplicações em operações compromissadas	2.390.142	1.843.028	Depósitos à prazo	1.889.855	1.206.195
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.469	16.371	Obrigações por operações compromissadas	148.510	227.018
Aplicações em moedas estrangeiras	62.978	39.575	Carteira própria	-	36.010
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	976.648	557.825	Carteira de terceiros	148.510	191.008
Carteira própria	266.754	406.233	Relações interfinanceiras	544	681
Vinculados a prestação de garantias	706.217	147.552	Recebimentos e pagamentos a liquidar	544	681
Instrumentos financeiros derivativos	3.677	4.040	Relações interdependências	55.377	25.007
Relações interfinanceiras	66.880	49.904	Recursos em trânsito de terceiros	55.377	25.007
Créditos vinculados:			Obrigações por empréstimos	974.454	337.288
Depósitos no banco central	66.044	48.885	Empréstimos no exterior	974.454	337.288
Correspondentes	836	1.019	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	31.263	28.230
Operações de crédito	798.721	268.374	BNDES	15.280	65
Operações de crédito:			Finame	10.040	18.140
Setor privado	808.299	274.880	Outras instituições oficiais	5.943	10.025
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.578)	(6.506)	Obrigações por repasses do exterior	254.309	15.206
Outros créditos	1.779.896	1.953.186	Repasses do exterior	254.309	15.206
Carteira de câmbio	1.751.703	1.921.653	Instrumentos financeiros derivativos	80.918	2.928
Rendas a receber	4.516	1.063	Instrumentos financeiros derivativos	80.918	2.928
Negociação e intermediação de valores	26.256	1.534	Outras obrigações	1.555.325	1.742.494
Diversos	260	30.169	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	195	898
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.839)	(1.233)	Carteira de câmbio	1.407.591	1.605.390
Outros valores e bens	1.260	1.270	Sociais e estatutárias	1.490	1.772
Outros valores e bens	-	186	Fiscais e previdenciárias	102.818	85.627
Despesas antecipadas	1.260	1.084	Negociação e intermediação de valores	3.251	8.314
			Provisão para passivos contingentes	22.100	14.026
			Diversas	17.880	26.467
Não Circulante	511.030	856.350	Passivo Não Circulante	425.614	798.716
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	3.346	Obrigações por empréstimos	117.576	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	3.346	Empréstimos no exterior	117.576	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	227.497	435.325	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	37.729	26.309
Carteira própria	-	51.445	BNDES	27.548	25.000
Vinculados a compromisso de recompra	-	36.293	Finame	10.181	1.309
Vinculados a prestação de garantias	218.215	326.470	Obrigações por repasses do exterior	82.635	715.093
Instrumentos financeiros derivativos	9.282	21.117	Repasses do exterior	82.635	715.093
Operações de crédito	142.701	306.594	Instrumentos financeiros derivativos	187.674	57.314
Operações de crédito:			Instrumentos financeiros derivativos	187.674	57.314
Setor privado	144.948	307.474	Resultado de exercícios futuros	531	320
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.247)	(880)	Patrimônio líquido	1.139.423	1.097.244
Outros créditos	140.730	111.018	Capital social	853.071	853.071
Devedores por depósitos em garantia	108.200	100.633	De domiciliados no País	4.445	4.445
Diversos	32.530	10.385	De domiciliados no exterior	848.626	848.626
Outros valores e bens	102	67	Reservas de capital	5.103	5.103
Despesas antecipadas	102	67	Reservas de lucros	285.279	242.720
Permanente	55.159	40.304	Ajustes de avaliação patrimonial	(124)	256
Investimentos	1	1	Ações em tesouraria	(3.906)	(3.906)
Outros investimentos	196	196			
Provisão para perdas	(195)	(195)			
Imobilizado de uso	45.965	28.698			
Imóveis de uso	28.645	21.295			
Outras imobilizações de uso	33.616	20.254			
Depreciações acumuladas	(16.296)	(12.851)			
Ativo Intangível	9.130	11.418			
Ativos intangíveis	19.975	18.450			
Amortização acumulada	(10.845)	(7.032)			
Diferido	63	187			
Gastos de organização e expansão	5.703	5.703			
Amortização acumulada	(5.640)	(5.516)			
Total do ativo	6.705.972	5.631.449	Total do passivo e patrimônio líquido	6.705.972	5.631.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	2º Semestre	Exercício	
	2013	2013	2012
Receitas da intermediação financeira	<u>255.150</u>	<u>511.773</u>	<u>316.775</u>
Operações de crédito	51.172	96.048	50.583
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	156.304	270.530	178.251
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	17.722	80.448	28.123
Resultado de operações de câmbio	29.952	64.747	59.818
Despesas da intermediação financeira	<u>(160.884)</u>	<u>(321.362)</u>	<u>(148.346)</u>
Operações de captação no mercado	(89.779)	(152.087)	(70.485)
Operações de empréstimos e repasses	(66.369)	(163.230)	(75.483)
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.736)	(6.045)	(2.378)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>94.266</u>	<u>190.411</u>	<u>168.429</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(42.160)</u>	<u>(106.508)</u>	<u>(123.946)</u>
Receitas de prestação de serviços	25.189	29.521	7.078
Rendas de tarifas bancárias	428	764	563
Despesas de pessoal	(45.938)	(86.120)	(70.763)
Outras despesas administrativas	(27.161)	(49.661)	(40.545)
Despesas tributárias	(4.473)	(8.172)	(5.960)
Outras receitas operacionais	26.225	28.720	15.652
Outras despesas operacionais	(16.430)	(21.560)	(29.971)
Resultado operacional	<u>52.106</u>	<u>83.903</u>	<u>44.483</u>
Resultado não operacional	<u>(52)</u>	<u>(51)</u>	<u>17</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>52.054</u>	<u>83.852</u>	<u>44.500</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(26.179)</u>	<u>(38.683)</u>	<u>(15.271)</u>
Provisão para imposto de renda	(18.435)	(18.435)	(15.064)
Provisão para contribuição social	(11.150)	(11.150)	(9.076)
Ativo/passivo fiscal diferido - Impostos e contribuições	3.406	(9.098)	8.869
Lucro líquido do semestre	<u>25.875</u>	<u>45.169</u>	<u>29.229</u>
Quantidade de ações em circulação (por lote de mil ações)	<u>4.332.060</u>	<u>4.332.060</u>	<u>4.332.060</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>5,97</u>	<u>10,43</u>	<u>6,75</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e
semestre findo em 31 de dezembro 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de capital		Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Ágio por subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	853.071	4.947	156	19.413	195.822	360	-	(3.771)	1.069.998
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(104)	-	-	(104)
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	-	-	-	-	-	(135)	(135)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	29.229	-	29.229
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	1.461	-	-	(1.461)	-	-
Dividendos (R\$ 0,402580 por lote de 1.000 ações)	-	-	-	-	-	-	(1.744)	-	(1.744)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	26.024	-	(26.024)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>853.071</u>	<u>4.947</u>	<u>156</u>	<u>20.874</u>	<u>221.846</u>	<u>256</u>	<u>-</u>	<u>(3.906)</u>	<u>1.097.244</u>
Mutações do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.461</u>	<u>26.024</u>	<u>(104)</u>	<u>-</u>	<u>(135)</u>	<u>27.246</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	853.071	4.947	156	20.874	221.846	256	-	(3.906)	1.097.244
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(380)	-	-	(380)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	-	-	-	7	-	-	-	7
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	45.169	-	45.169
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	2.259	-	-	(2.259)	-	-
Dividendos (R\$ 0,604317 por lote de 1.000 ações)	-	-	-	-	-	-	(2.617)	-	(2.617)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	40.293	-	(40.293)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>853.071</u>	<u>4.947</u>	<u>156</u>	<u>23.133</u>	<u>262.146</u>	<u>(124)</u>	<u>-</u>	<u>(3.906)</u>	<u>1.139.423</u>
Mutações do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.259</u>	<u>40.300</u>	<u>(380)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.179</u>
Saldos em 30 de junho de 2013	853.071	4.947	156	21.839	239.031	(3.460)	-	(3.906)	1.111.678
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	3.336	-	-	3.336
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	25.875	-	25.875
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	1.294	-	-	(1.294)	-	-
Dividendos (R\$ 0,338567 por lote de 1.000 ações)	-	-	-	-	-	-	(1.466)	-	(1.466)
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	23.115	-	(23.115)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>853.071</u>	<u>4.947</u>	<u>156</u>	<u>23.133</u>	<u>262.146</u>	<u>(124)</u>	<u>-</u>	<u>(3.906)</u>	<u>1.139.423</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.294</u>	<u>23.115</u>	<u>3.336</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.745</u>

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2013	2013	2012
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>134.820</u>	<u>598.599</u>	<u>319.865</u>
Lucro líquido do semestre / exercício	<u>25.875</u>	<u>45.169</u>	<u>29.229</u>
Ajustes ao lucro líquido:	<u>(10.562)</u>	<u>(1.598)</u>	<u>35.922</u>
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.867	4.439	3.767
Constituição / (Reversão) de provisão para outros créditos	1.869	1.606	(1.389)
Depreciações e amortizações	4.113	7.813	5.097
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-
Constituição / (Reversão) de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.203)	2.769	9.936
Constituição de provisão atuarial	(18.437)	(18.437)	18.437
Variação nos resultados de exercícios futuros	229	212	74
Lucro líquido ajustado	15.313	43.571	65.151
Variação nos ativos operacionais:	<u>1.166.046</u>	<u>(462.817)</u>	<u>(1.554.478)</u>
(Aumento) / Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(16.007)	(35.752)	32.894
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários	52.930	(211.375)	(768.556)
(Aumento) / Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(20.432)	13.256	(39.946)
(Aumento) em operações de crédito	(193.230)	(370.893)	(220.374)
(Aumento) / Redução em outros créditos e outros valores e bens	1.342.785	141.947	(558.496)
Variação nos passivos operacionais:	<u>(1.046.539)</u>	<u>1.017.845</u>	<u>1.809.192</u>
Aumento em depósitos	106.208	683.387	732.966
(Redução) / Aumento em captações no mercado aberto	(104.066)	(78.508)	166.630
(Redução) / Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	257.695	375.841	(31.118)
Aumento em instrumentos financeiros derivativos (líquido do ativo)	103.185	208.349	47.622
(Redução) / Aumento em outras obrigações	(1.409.561)	(171.224)	893.092
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	<u>(12.464)</u>	<u>(22.669)</u>	<u>(21.303)</u>
Alienação de imobilizado de uso	2.422	11.542	21.424
Aquisição de imobilização de uso	(14.096)	(32.686)	(38.316)
Aplicação no intangível	(790)	(1.525)	(4.411)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	<u>(1.149)</u>	<u>(2.886)</u>	<u>(1.865)</u>
Dividendos propostos	(1.149)	(2.893)	(1.730)
Aquisição de ações de própria emissão	-	-	(135)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	7	-
Variação líquida de caixa e equivalente de caixa	<u>121.207</u>	<u>573.044</u>	<u>296.697</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	2.339.702	1.887.865	1.591.168
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercício	2.460.909	2.460.909	1.887.865
Aumento/(Redução) do caixa e equivalente de caixa	<u>121.207</u>	<u>573.044</u>	<u>296.697</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

O Banco desenvolve as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), foram concluídas em 23/01/2014 e aprovadas para divulgação em 14/03/2014.

3 Principais práticas contábeis **Resumo das principais práticas contábeis**

a. Apuração de resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para obrigação atuarial e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas são revistas pelo menos anualmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.

c. Ativos e passivos, circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os demais ativos e passivos são considerados como não circulante.



d. *Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos*

As carteiras de títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- *Títulos e valores mobiliários*

- Títulos para negociação,
- Títulos disponíveis para venda, e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados; na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados aqueles que não se enquadram nas demais categorias descritas nos itens acima, na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, aqueles para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias para negociação e disponíveis para venda estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização decorrente de tal ajuste em contrapartida: (1) da adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e (2) da conta destacada do patrimônio líquido, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, os quais estão registrados no resultado do período, sendo registradas provisões para perdas sempre que houver perda permanente no valor de realização de tais títulos e valores mobiliários.

- *Instrumentos financeiros derivativos*

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados pelo seu correspondente valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste ao valor de mercado em adequada conta de receita ou despesa, exceto os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*), que podem ser classificados como:

- I - “Hedge” de risco de mercado
- II - “Hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização são registradas em contrapartida às adequadas conta de receita ou despesa, no resultado do período;



- Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização são registradas em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

e. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e não vencidas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras, e na política de avaliação de risco da Administração do Banco, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas a mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7c.

Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.

f. Ativo permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição combinado com os seguintes aspectos:

A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - edificações - 4%; instalações, móveis e equipamentos, sistema de segurança e de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados e transporte - 20%.

A amortização do diferido é calculada pelo método linear, no prazo de até dez anos ou segundo o prazo contratual, no caso de benfeitorias de bens locados.

A Lei nº 11.638 eliminou a conta do Ativo Diferido. O Conselho Monetário Nacional autorizou as Instituições Financeiras a manter o saldo de 31 de dezembro de 2008 até a sua completa amortização para baixa e para novas constituições, as Instituições Financeiras devem registrar no Ativo Diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um semestre social e que não configurem tão-somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional. A vinculação das despesas e dos gastos registrados no Ativo Diferido com o aumento do resultado de mais de um exercício social foi baseada em estudo técnico, coerente com as informações utilizadas em outros relatórios operacionais.

Ativo intangível - correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.



g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”.

h. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 (lucro semestral de R\$ 120), e a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias conforme Nota Explicativa nº 20. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

4 Composição do caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa apresentado na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
No início do exercício	<u>1.887.865</u>	<u>1.591.168</u>
Disponibilidades	5.262	5.016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	1.882.603	1.586.152
No final do exercício	<u>2.460.909</u>	<u>1.887.865</u>
Disponibilidades	7.789	5.262
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	2.453.120	1.882.603
Aumento de Caixa e equivalente de caixa	<u>573.044</u>	<u>296.697</u>

(*) Operações que da aquisição ao vencimento possuem prazo de até 90 dias.



5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Aplicações em operações compromissadas

			<u>2013</u>	<u>2012</u>
	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias (*)	Total	Total
Posição bancada				
LFT	355.639	-	355.639	161.021
LTN	285.998	1.600.000	1.885.998	654.989
NTN-B	-	-	-	<u>800.000</u>
	<u>641.637</u>	<u>1.600.000</u>	<u>2.241.637</u>	<u>1.616.010</u>
Posição financiada				
LFT	148.505	-	148.505	191.008
LTN	-	-	-	<u>36.010</u>
	<u>148.505</u>	-	<u>148.505</u>	<u>227.018</u>
Total	<u>790.142</u>	<u>1.600.000</u>	<u>2.390.142</u>	<u>1.843.028</u>

(*) São classificados no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial, pois se trata do vencimento da operação e não ao lastro dos títulos, sendo inferior a 2 dias.

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Até 30 dias	-	259
De 31 a 180 dias	54.791	16.112
De 181 a 365 dias	678	-
Acima de 365 dias	-	<u>3.346</u>
Total	<u>55.469</u>	<u>19.717</u>

c. Aplicações em moedas estrangeiras

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Até 30 dias	<u>62.978</u>	<u>39.575</u>
Total	<u>62.978</u>	<u>39.575</u>



6 Títulos e valores mobiliários

Categorias	2013			2012	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Títulos para negociação	-	-	50.352	50.352	93.269
Títulos disponíveis para venda	<u>299.802</u>	<u>622.817</u>	<u>218.215</u>	<u>1.140.834</u>	<u>874.724</u>
Total	<u>299.802</u>	<u>622.817</u>	<u>268.567</u>	<u>1.191.186</u>	<u>967.993</u>

Categorias	2013			2012
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste	Valor de mercado
Títulos para negociação	50.317	50.352	35	93.269
Títulos disponíveis para venda	<u>1.145.004</u>	<u>1.140.834</u>	<u>(4.170)</u>	<u>874.724</u>
Total	<u>1.195.321</u>	<u>1.191.186</u>	<u>(4.135)</u>	<u>967.993</u>

Tipos de títulos	2013			2012
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste	Valor de mercado
Letras do Tesouro Nacional	1.058.627	1.054.489	(4.138)	966.647
Letras Financeiras do Tesouro	<u>136.694</u>	<u>136.697</u>	<u>3</u>	<u>1.346</u>
Total	<u>1.195.321</u>	<u>1.191.186</u>	<u>(4.135)</u>	<u>967.993</u>

Para os títulos e valores mobiliários categorizados como "para negociação" e "títulos disponíveis para a venda", a avaliação a valor de mercado é efetuada descontando-se o fluxo futuro a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por área independente da área de negócios e que segue metodologia própria e as melhores práticas de mercado, de acordo com as características específicas de cada título, baseando-se principalmente em dados divulgados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA e ANBIMA. O ajuste de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” é reconhecido em conta especial do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os títulos classificados “para negociação” são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3d, o Banco registrou ajuste de marcação ao valor de mercado de títulos de valores mobiliários no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, perda decorrente dessa avaliação no montante de R\$ 124 (2012 - ganho de R\$ 256), líquido dos efeitos tributários. O montante de R\$ 4.011 (2012 – 5.466) foi registrado na conta de resultado em decorrência de aplicação de Hedge Accounting.



7 Operações de crédito

a. Composição do total da carteira de crédito por setor de atividade

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Operações de crédito:		
Rural	12.103	7.559
Indústria	314.926	165.816
Comércio	220.463	28.081
Serviços	405.743	380.825
Pessoa física	<u>12</u>	<u>73</u>
	<u>953.247</u>	<u>582.354</u>
Outros créditos - Carteira de câmbio:		
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber:		
Indústria	330.254	213.024
Comércio	18.184	14.574
Serviços	<u>-</u>	<u>98.553</u>
	<u>348.438</u>	<u>326.151</u>
Total	<u>1.301.685</u>	<u>908.505</u>

b. Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A vencer:		
De 1 a 180 dias	584.590	426.863
De 181 a 365 dias	572.146	174.168
Acima de 365 dias	<u>144.948</u>	<u>307.474</u>
	<u>1.301.684</u>	<u>908.505</u>
Vencidas (Parcelas):		
Até 90 dias	<u>1</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.301.685</u>	<u>908.505</u>

c. Composição da provisão por níveis de risco

De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, apresentamos a seguir a composição da carteira de operações de crédito e de outros créditos (carteira de câmbio - adiantamento de contratos de câmbio) com os correspondentes níveis de risco:



Total de operações – 2013

Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Créditos em atraso	Total das operações	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	865.432	-	865.432	-	1.298	0,15
A	0,50	4.898	-	4.898	24	42	0,86
B	1,00	376.405	-	376.405	3.764	7.942	2,11
C	3,00	41.156	-	41.156	1.235	3.157	7,67
D	10,00	13.793	1	13.794	1.379	2.225	16,13
		1.301.684	1	1.301.685	6.402	14.664	

Total de operações – 2012

Nível de risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Total das operações	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	539.215	539.215	-	755	0,14
A	0,50	228.639	228.639	1.143	1.235	0,54
B	1,00	98.461	98.461	985	2.363	2,40
C	3,00	32.698	32.698	981	2.583	7,90
D	10,00	9.492	9.492	949	1.683	17,73
		908.505	908.505	4.058	8.619	

	2º semestre	2013	2012
Créditos renegociados no período	<u>98.234</u>	<u>298.260</u>	<u>126.136</u>

As operações renegociadas são compostas basicamente por renovações de Capital de Giro.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve baixas para prejuízo e recuperações de créditos baixados como prejuízo.

A provisão constituída pelo Banco é maior que a provisão mínima requerida pelo BACEN, isso porque o Banco adota o critério de provisão determinado pela Matriz (The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd), que reflete a perspectiva de perda da Administração.

d. Concentração dos maiores devedores

	2013			2012		
	Saldo	% Carteira	Provisões	Saldo	% Carteira	Provisões
10 maiores clientes	757.476	58	6.700	613.060	67	3.643
Demais clientes	544.209	42	7.964	295.445	33	4.976
	<u>1.301.685</u>	100	<u>14.664</u>	<u>908.505</u>	100	<u>8.619</u>



e. Movimentação da provisão

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte durante o exercício:

	2º Semestre	Exercício	
	2013	2013	2012
Saldo inicial	9.928	8.619	6.241
Constituição de provisão	7.272	12.304	11.127
Reversão de provisão	<u>(2.536)</u>	<u>(6.259)</u>	<u>(8.749)</u>
Saldo final	<u>14.664</u>	<u>14.664</u>	<u>8.619</u>
% da provisão sobre a carteira de créditos		<u>1,13</u>	<u>0,95</u>

8 Outros créditos – Diversos

	2013	2012
Adiantamentos e antecipações salariais	103	-
Créditos tributários s/ dif. temporárias (Nota Explicativa nº 20)	13.616	13.874
Impostos e contribuições a compensar	18.915	26.378
Devedores diversos – País	137	-
Pagamentos a ressarcir	10	-
Outros	<u>9</u>	<u>302</u>
Total	<u>32.790</u>	<u>40.554</u>

9 Ativo permanente

a. Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação a.a (%)	Custo		Depreciação acumulada		Valor líquido	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
Terrenos	-	1.416	1.416	-	-	1.416	1.416
Edificações	4	27.229	19.879	9.545	7.485	17.684	12.394
Instal., móveis e equip. uso	10	6.941	4.737	1.344	1.117	5.597	3.620
Sistema de proc. dados	20	6.694	6.574	3.817	3.216	2.877	3.358
Sistema de transporte	20	1.075	1.075	588	375	487	700
Sistema de segurança	10	2.938	1.024	406	268	2.532	756
Sistema de comunicação	10	1.296	1.326	596	390	700	936
Imobilizações em curso (*)	-	<u>14.672</u>	<u>5.518</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.672</u>	<u>5.518</u>
Total		<u>62.261</u>	<u>41.549</u>	<u>16.296</u>	<u>12.851</u>	<u>45.965</u>	<u>28.698</u>

(*) Refere-se a gastos com projetos de expansão.



b. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização a.a (%)	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
		Gastos c/aquisições e desenv. de logiciais	20(*)	<u>19.975</u>	<u>18.450</u>	<u>10.845</u>	<u>7.032</u>
Total		<u>19.975</u>	<u>18.450</u>	<u>10.845</u>	<u>7.032</u>	<u>9.130</u>	<u>11.418</u>

(*) Implantação de novos sistemas.

c. Diferido

	Taxa de amortização a.a (%)	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
Gastos c/aquisições e desenv. de logiciais	20	4.667	4.667	4.667	4.588	-	79
Instalação e adaptação de dependências	20	<u>1.036</u>	<u>1.036</u>	<u>973</u>	<u>928</u>	<u>63</u>	<u>108</u>
Total		<u>5.703</u>	<u>5.703</u>	<u>5.640</u>	<u>5.516</u>	<u>63</u>	<u>187</u>

10 Transações com partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ (controlador) e dependências, acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares.

	2013		2012	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	<u>7.421</u>	<u>(9.441)</u>	<u>5.021</u>	<u>(21.808)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – New York	287	-	2.585	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - London	2.263	-	1.410	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	4.862	-	1.026	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Mexico	9	-	-	-
- juros	-	6.481	-	-
- variação cambial	-	(15.922)	-	(21.808)
Aplicações interfinanceiras de liquidez em M/E	<u>62.978</u>	<u>9.082</u>	<u>39.575</u>	<u>2.014</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	62.978	9.082	39.575	2.014
- juros	-	29	-	37
- variação cambial	-	9.053	-	1.977



	2013		2012	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Depósito à Vista	<u>(4.190)</u>	—	<u>(3.837)</u>	—
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(4.190)	-	(3.837)	-
Obrigações por empréstimos e repasses	<u>(1.428.974)</u>	<u>(159.997)</u>	<u>(1.062.518)</u>	<u>(69.517)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	(1.428.974)	(159.997)	(1.062.518)	(69.517)
- juros	-	(96.731)	-	(10.122)
- variação cambial	-	(63.266)	-	(59.395)
Operações de Swap	<u>5.370</u>	<u>4.166</u>	<u>(2.633)</u>	<u>(3.174)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – New York	5.370	4.166	(2.633)	(3.174)
	-	-	-	-
Prestação de serviços – Pagamentos e Recebimentos	—	<u>13.885</u>	—	<u>(5.169)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	-	12.555	-	(5.169)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – Leasing and Finance	-	1.381	-	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – Tokyo	-	(51)	-	-
Outras obrigações	=	<u>(510)</u>		
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd – London	-	(510)	-	-

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas realizada em 05 de julho de 2013 foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria tendo por limite o valor máximo de R\$ 10.234 a serem distribuídos entre os Diretores.

	2º Semestre	Exercício	
	2013	2013	2012
Remuneração fixa	2.385	4.265	2.958
Remuneração variável	<u>1.273</u>	<u>2.783</u>	<u>2.573</u>
Total	<u>3.658</u>	<u>7.048</u>	<u>5.531</u>

O pagamento de remuneração variável aos administradores está de acordo com a Resolução CMN nº 3921, de 25/11/2010, sendo então diferido no período de, no mínimo três anos, e estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.



A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações, que representam 0,000243742% da totalidade.

O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

b. Outras informações

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Acionista controlador do Banco.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas.

Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativos, Fiscais, Consultivos e semelhantes.

11 Depósitos

	2013					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
À vista	149.849	-	-	-	-	149.849
A prazo (*)	-	622.189	410.740	813.232	43.694	1.889.855
Total	<u>149.849</u>	<u>622.189</u>	<u>410.740</u>	<u>813.232</u>	<u>43.694</u>	<u>2.039.704</u>
	2012					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
À vista	150.122	-	-	-	-	150.122
A prazo (*)	-	214.162	677.335	267.802	46.896	1.206.195
Total	<u>150.122</u>	<u>214.162</u>	<u>677.335</u>	<u>267.802</u>	<u>46.896</u>	<u>1.356.317</u>

(*) São classificados no Balanço Patrimonial no Passivo Circulante devido suas características de liquidez.



12 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a captações em moeda estrangeira com o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. para financiamento de operações de comércio exterior, com vencimento até janeiro de 2015, no montante de R\$ 337.825 (2012 - R\$ 337.288) e para captação externa na forma da Resolução nº 3.844, com vencimentos até junho de 2018 no montante de R\$ 1.091.149 (2012 - R\$ 730.299) e são atualizadas pela variação cambial acrescidas de “spread”, e repasses no país com vencimento até junho de 2020 no montante de R\$ 68.993 (2012 – R\$ 54.539).

13 Carteira de câmbio

a. Outros créditos – Ativo

Descrição	2013	2012
Câmbio comprado a liquidar	1.034.472	1.102.868
Direitos s/venda de câmbio	728.160	826.758
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(12.672)	(11.616)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	1.743	3.165
Cambiais e documentos a prazo em moeda estrangeira	-	478
Total	<u>1.751.703</u>	<u>1.921.653</u>

b. Outras obrigações – Passivo

Descrição	2013	2012
Câmbio vendido a liquidar	737.739	823.184
Obrigações por compras de câmbio	1.016.546	1.105.192
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(346.694)	(346.694)
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	-	5
Total	<u>1.407.591</u>	<u>1.581.687</u>

14 Fiscais e previdenciárias

Descrição	2013	2012
Provisão de IR e CSLL	29.113	23.997
Impostos e contribuições s/serviços de terceiros	315	279
Impostos e contribuições s/salários	2.671	5.708
Outros impostos a recolher	523	1.613
Provisão de IR diferido (Nota Explicativa nº 20)	15.554	6.968
Provisão p/riscos fiscais (Nota Explicativa nº 15)	<u>54.642</u>	<u>47.062</u>
Total	<u>102.818</u>	<u>85.627</u>



15 Ativos e passivos relacionados à contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

As provisões para passivos contingentes e fiscais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica “Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias” quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros Créditos - Devedores por Depósitos em Garantia”.

2013					
Provisão para passivos contingentes (iii)					
Descrição	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização/ Reversão	Saldo final	Depósitos Judiciais (iv)
Cíveis	6.396	4.978	-	11.374	710
Trabalhistas	4.205	5.521	2.638	7.088	613
Outros passivos (v)	<u>3.425</u>	<u>3.233</u>	<u>3.020</u>	<u>3.638</u>	<u>-</u>
	<u>14.026</u>	<u>13.732</u>	<u>5.658</u>	<u>22.100</u>	<u>1.323</u>
Provisão para riscos fiscais					
Federal	<u>46.734</u>	<u>10.890</u>	<u>3.507</u>	<u>54.117</u>	<u>87.102</u>
IR/CSLL (i)	19.166	704	1.350	18.520	51.844
Cofins (ii)	27.329	10.015	1.918	35.426	34.660
Outros	239	171	239	171	598
Municipal	<u>328</u>	<u>345</u>	<u>148</u>	<u>525</u>	<u>19.775</u>
Total	<u>47.062</u>	<u>11.235</u>	<u>3.655</u>	<u>54.642</u>	<u>106.877</u>
Total Geral	<u>61.088</u>	<u>24.967</u>	<u>9.313</u>	<u>76.742</u>	<u>108.200</u>



2012

Provisão para passivos contingentes (iii)

Descrição	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização/ Reversão	Saldo final	Depósitos Judiciais (iv)
Cíveis	5.711	685	-	6.396	511
Trabalhistas	4.582	296	673	4.205	509
Outros passivos (v)	<u>789</u>	<u>4.828</u>	<u>2.192</u>	<u>3.425</u>	-
	<u>11.082</u>	<u>5.809</u>	<u>2.865</u>	<u>14.026</u>	<u>1.020</u>

Provisão para riscos fiscais

Federal	<u>39.813</u>	<u>7.589</u>	<u>668</u>	<u>46.734</u>	<u>79.838</u>
IR /CSLL (i)	19.166	-	-	19.166	52.545
Cofins (ii)	20.408	7.589	668	27.329	26.696
Outros	239	-	-	239	597
Municipal	<u>520</u>	-	<u>192</u>	<u>328</u>	<u>19.775</u>
Total	<u>40.333</u>	<u>7.589</u>	<u>860</u>	<u>47.062</u>	<u>99.613</u>
Total Geral	<u>51.415</u>	<u>13.398</u>	<u>3.725</u>	<u>61.088</u>	<u>100.633</u>

- (i) Refere-se, principalmente, a obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores. O Banco aderiu ao programa instituído pela Lei 11.941/09 (Programa REFIS) desistindo da discussão judicial. Todavia essa discussão ainda não foi transitado em julgado.
- (ii) Refere-se a obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.718/98. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos o risco de perda para tal processo é possível.
- (iii) A provisão para passivos contingentes está registrada na conta Outras obrigações - Provisão para passivos contingentes.
- (iv) O saldo de depósitos judiciais inclui os depósitos para riscos avaliados como possível ou remoto de perda.
- (v) Refere-se a provisão para risco de perdas com avais e fianças baseados em critérios semelhantes a Resolução CMN nº 2.682/99, vide Nota Explicativa nº 23. Existem outros processos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 14.423 (2012 - R\$ 44.913) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.



16 Outras obrigações – Diversas

Descrição	2013	2012
Provisão para pagamentos a efetuar	16.972	25.652
Credores diversos País	<u>908</u>	<u>815</u>
Total	<u>17.880</u>	<u>26.467</u>

17 Patrimônio líquido

O capital social é representado por 4.356.234.893 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 14.138.560 de ações de acionistas residentes no país, 24.175.383 ações em tesouraria e 4.317.920.657 ações de residentes no exterior.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, para este exercício foi destacado o montante de R\$ 2.617 (2012 - R\$ 1.744).

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de Capital de Giro e Manutenção de Margem Operacional conforme previsto no Estatuto.

18 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços de ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras da Instituição nos diversos mercados onde atua. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como hedge possuem sempre risco de crédito igual ou inferior àquele do instrumento financeiro coberto.

O valor de mercado dos “swaps” é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas pontas, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As operações a termo são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço.



Operações de futuros - os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas.

As principais curvas de taxas de juros são extraídas dos futuros e “Swaps” negociados e custodiados na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA.

Em 31 de dezembro, as posições em instrumentos financeiros derivativos eram representadas como segue:

	2013			
	Até 90 dias	De 91 até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Futuros - Valor referencial	1.235.361	1.698.589	3.016.032	5.949.982
Compra	464.705	995.272	2.518.169	3.978.146
Cupom Cambial	284.990	981.806	2.344.921	3.611.717
Moeda Estrangeira	179.715	-	-	179.715
Taxa de Juros	-	13.466	173.248	186.714
Venda	770.656	703.317	497.863	1.971.836
Cupom Cambial	-	22.239	5.757	27.996
Moeda Estrangeira	305.134	-	-	305.134
Taxa de Juros	465.522	681.078	492.106	1.638.706
	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
Swap - Total Líquido	3.789.478	(240.188)	(261.610)	21.422
CDI X BBA Libor	539.064	(49.552)	(65.488)	15.936
CDI X US\$	1.625.351	(194.013)	(193.272)	(741)
LIBOR X PRE	1.581.306	5.370	(1.114)	6.484
PRÉ X CDI	31.040	(78)	51	(129)
PRÉ X US\$	12.717	(1.915)	(1.787)	(128)



	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
NDF - Total Líquido	367.276	(15.443)	(11.873)	(3.570)
Posição Comprada	49.170	2.590	1.962	628
Dólar	49.170	2.590	1.962	628
Posição Vendida	318.106	(18.033)	(13.835)	(4.198)
Dólar	273.168	(17.680)	(13.669)	(4.011)
Euro	43.325	(382)	(211)	(171)
Ien	1.613	29	45	(16)
2012				
	Até 90 dias	De 91 até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Futuros - Valor referencial	1.172.786	254.860	2.174.003	3.601.649
Compra	495.457	89.893	1.478.163	2.063.513
Cupom Cambial	62.290	76.164	1.456.263	1.594.717
Moeda Estrangeira	433.167	3.182	-	436.349
Taxa de Juros	-	10.547	21.900	32.447
Venda	677.329	164.967	695.840	1.538.136
Cupom Cambial	251.143	9.139	78.528	338.810
Moeda Estrangeira	66.448	-	-	66.448
Taxa de Juros	359.738	155.828	617.312	1.132.878
	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
Swap - Total Líquido	1.928.759	(36.935)	(30.195)	(6.740)
CDI X US\$	630.571	(47.398)	(35.088)	(12.310)
PRÉ X US\$	6.405	371	(321)	692
PRÉ X CDI	7.125	41	12	29
CDI X BBA-Libor	269.045	12.684	4.491	8.193
LIBOR X PRÉ	1.015.613	(2.633)	711	(3.344)



	Valor Referencial	Valor MTM (a)	Valor Accrual (b)	Valorização / Desvalorização (a)-(b)
NDF - Total Líquido	239.631	1.850	244	1.606
Posição Comprada	41.324	1.406	1.307	99
Dólar	41.324	1.406	1.307	99
Posição Vendida	198.307	444	(1.063)	1.507
Dólar	193.468	81	(1.391)	1.472
Ien	4.839	363	328	35

Valor e tipo de margens dadas em garantia

O quadro a seguir resume os valores depositados na BM&FBOVESPA em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013:

Valores em garantia - BM&FBOVESPA

Tipo de título	Quantidade	Valor
Letras do Financeiras do Tesouro	21.212	125.053
Letras do Tesouro Nacional	<u>860.000</u>	<u>799.379</u>
Total	<u>881.212</u>	<u>924.432</u>

19 “Hedge”

O Banco adota a política de proteção em consonância com suas políticas de gestão de risco. Estas operações de “hedge” são realizadas em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082 de 30/01/2002, que exige avaliação periódica de efetividade de “hedge” e o registro a mercado tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de “hedge”, considerando tratar-se de uma operação de “hedge” de risco de mercado.

O Banco possui contratos de swap e futuros utilizados como instrumentos de “hedge”, em estratégia de “hedge” de valor justo.

Os objetos de “hedge” são títulos e valores mobiliários inicialmente designados como disponíveis para venda, e obrigações por empréstimos no exterior.

As estratégias de “hedge” visam proteger o Banco contra (i) risco de variação cambial e risco de variação na taxa de juros para pagamentos de principal e juros, referente às captações de recursos contraídas no exterior indexados pela moeda norte americana e (ii) risco de variação na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais a taxa de juros pré-fixada.



A efetividade verificada na carteira de “hedge” encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

Instrumento/operação	Estratégia 1	Estratégia 2	
Instrumento de “hedge”	Operações de swap contratadas fora do Brasil e futuros contratadas na BM&FBOVESPA	Operações de futuros contratadas na BM&FBOVESPA	
Objeto de “hedge”	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)	
		Valor referencial	Valor MtM
Instrumentos de “Hedge”			
Contratos de futuros - DDI		701.674	-
Contratos de futuros - DI		<u>611.651</u>	-
Total Futuros		<u>1.313.325</u>	-
Contratos de swap (Libor x Pré)		<u>669.143</u>	<u>(1.036)</u>
Total		<u>1.982.468</u>	<u>(1.036)</u>

Captação de Recursos Externos

Para apuração do valor de mercado das captações de recursos externos foram utilizadas as taxas médias praticadas para operações com prazo e indexador similar na data do balanço conforme divulgações da BM&FBOVESPA, acrescidas dos custos de captação, de produção e operacionais, passíveis de verificação, necessários para a originação e manutenção até o vencimento dessas operações, de forma a refletir adequadamente os efeitos dessas taxas de juros no resultado.

Em 31 de dezembro de 2013 o valor contábil dos itens objeto de “hedge” de captação de recursos externos é de R\$ 700.430 (2012 – R\$ 404.214) e o valor de mercado dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” é de R\$ 701.933 (2012 – R\$ 406.204) de Futuros “passivo” e R\$ (1.036) (2012 – R\$ (568)) de swap.

O resultado acumulado dos itens objeto de “hedge” foi de R\$ (95.553) (2012 – R\$ (9.642)) e dos instrumentos financeiros derivativos foi de R\$ 95.628 (2012 – R\$ 9.725). No exercício o resultado dos itens objeto de “hedge” foi de R\$ (85.911) e dos instrumentos financeiros derivativos foi de R\$ 85.903.



O saldo acumulado do ajuste de avaliação ao valor justo das captações de recursos externos objeto de “hedge” perfaz o montante de R\$ 6.128 (2012 – R\$ 5.070), registrado em “Obrigações por repasses do exterior”. O ajuste negativo no exercício foi registrado em adequada conta de despesas de repasses do exterior no montante de R\$ 1.058 (2012 – R\$ 5.070).

Títulos Públicos Federais

Para apuração do valor de mercado dos títulos públicos federais utilizamos a curva interna que tem como referência os PUs divulgados pela ANBIMA.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil dos itens objeto de “hedge” da aplicação é de R\$ 611.450 (2012 – R\$ 413.708), e o valor de mercado dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” é de R\$ 611.877 (2012 – R\$ 413.865) de Futuros “ativo”.

O resultado acumulado dos itens objeto de “hedge” foi de R\$ 40.384 (2012 – R\$ 15.124) e dos instrumentos financeiros derivativos foi de R\$ (39.618) (2012 –R\$ (14.939)). R\$ No exercício, o resultado dos itens objeto de “hedge” foi de R\$ 25.260 e dos instrumentos financeiros derivativos foi de R\$ (24.678).

O saldo acumulado do ajuste de avaliação ao valor justo das aplicações em renda fixa perfaz o montante de R\$ (3.963) (2012 – R\$ 4.914), registrado em “Títulos e Valores Mobiliários”. O ajuste negativo no exercício foi registrado em adequada conta de despesas de títulos de renda fixa no montante de R\$ 8.877.

20 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações dos exercícios são demonstrados a seguir:

	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	83.852	44.500
Total das adições	<u>44.249</u>	<u>52.629</u>
- Despesas administrativas, de pessoal e tributárias	1.248	3.876
- Provisão para passivos contingentes, fiscais e trabalhistas	19.370	31.168
- Provisão de outros créditos e de operações de crédito	12.304	11.127
- Provisão de bonus a pagar	8.442	-
- Provisão para pagamento de despesas administrativas e de pessoal	685	1.349
- Ajuste positivo ao valor de mercado – TVM e derivativos	-	4.752
- Despesa de Transfer Pricing	2.200	-
- Outras despesas	-	357
Total das exclusões	<u>(55.002)</u>	<u>(37.078)</u>
- Reversão para provisão de outros créditos e de operações de crédito	(6.259)	(8.749)
- Reversão da provisão para passivos contingentes, fiscais e trabalhistas	(21.213)	(2.461)
- Provisão para pagamento de despesas administrativas	(1.349)	(2.319)
- Ajuste positivo ao valor de mercado – TVM e derivativos	(22.629)	-
- Reversão da provisão pagamento PLR	-	(1.212)



	2013	2012
- Ajuste ao valor contábil dos futuros DI/DDI (Accrual X MTM)	(1.622)	(21.746)
- Valor utilizado da provisão para passivos contingentes - trabalhistas	-	(404)
- Outras despesas	<u>(1.930)</u>	<u>(187)</u>
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	<u>73.099</u>	<u>60.051</u>
Imposto de renda e contribuição social	(29.113)	(24.140)
IRPJ e CSLL - Valores diferidos	<u>(9.098)</u>	<u>8.869</u>
Ajuste de exercícios anteriores	<u>(472)</u>	-
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(38.683)</u>	<u>(15.271)</u>

O Banco passou a constituir em dezembro de 2012, crédito tributário parcial decorrente de diferenças temporárias de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.059 e posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 3.355. O montante de créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 33.442 (2012 - R\$ 21.383).

A Administração do Banco, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31 de dezembro de 2013, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá de acordo com os vencimentos das parcelas dos contratos para as provisões para as operações de créditos e fiança, e de acordo com a estimativa de encerramento dos processos informados pelos escritórios de advocacia para as provisões trabalhistas.

	Diferenças Temporárias	Crédito tributário
Provisões para operações de crédito	11.825	4.730
Provisões para operações de outros créditos	2.839	1.136
Provisões para bônus	8.442	3.377
Provisão trabalhista (passivo contingente)	7.088	2.835
Provisão p/ passivo contingente – fiança LG/LC	3.638	1.455
Provisão crédito tributário s/resultado de TVM – títulos disponíveis para venda	<u>207</u>	<u>83</u>
Total	<u>34.039</u>	<u>13.616</u>

Movimentação de Crédito Tributário:

	2013	2012
Saldo inicial	13.874	-
Constituição de crédito tributário	7.117	13.874
Reversão/realização de crédito tributário	<u>(7.375)</u>	-
Saldo final	<u>13.616</u>	<u>13.874</u>



Movimentação do Passivo Fiscal Diferido:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	6.968	2.032
Constituição de crédito tributário	11.276	10.595
Reversão/realização de crédito tributário	<u>(2.690)</u>	<u>(5.659)</u>
Saldo final	<u>15.554</u>	<u>6.968</u>

De acordo com o estudo técnico do Banco, a expectativa de realização dos créditos tributários é demonstrado abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Expectativa de Realização de Crédito Tributário</u>	<u>Valor Presente Crédito Tributário (taxa DI)</u>
2014	10.791	9.831
2015	1.039	862
2016	608	460
2017	580	400
2018	580	364
2019	<u>18</u>	<u>10</u>
Total	<u>13.616</u>	<u>11.927</u>

21 Acordo da Basileia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.913/13 e 4.912/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Risco de Crédito	1.700.433	1.332.473
Risco de Mercado	545.038	319.582
Risco Operacional	<u>201.520</u>	<u>143.309</u>
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	2.446.991	1.795.364
Patrimônio de Referência (PR)	1.139.360	1.097.057
Patrimônio de Referência Exigido (RWA*11%)	269.169	197.491
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	870.191	899.567
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	46,56%	61,10%

Para efeito de comparabilidade, o período de 2012 foi ajustado uma vez que passamos a apresentar as parcelas correspondentes ao “Ativo ponderado pelo Risco”.



22 Plano de previdência complementar

O Banco é patrocinador da Previdida Sociedade de Previdência Privada (Plano BD), uma entidade fechada de previdência privada contribuindo mensalmente com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios prestados pela previdência social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante dessa contribuição foi de R\$ 137 (2012- R\$ 521).

Em 31 de dezembro de 2013 (data da avaliação atuarial mais recente), conforme cálculos atuariais, a Previdida apresentou obrigação atuarial a valor presente no montante de R\$ 78.902 sendo que o valor justo dos ativos montava e apresentava R\$ 81.097.

O saldo do passivo no valor de R\$ 16.739 registrado na conta de provisão para pagamentos a efetuar foi revertido, devido a atualização do cálculo atuarial baseado no cenário de 31 de dezembro de 2013 apresentar superávit para o Plano Previdida.

A determinação do passivo atuarial considerou as seguintes principais premissas:

Taxa de desconto	11,29% a.a.
Taxa de retorno esperada dos investimentos	11,29% a.a.
Índice de aumento salarial estimado	6,59% a.a.
Índice de reajuste de benefícios estimado	4,50% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.

Este plano foi fechado para novos participantes no ano de 2011.

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, FITPREV Plano de Benefícios de Contribuição Definida, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A., para seus funcionários e administradores admitidos após o fechamento do Plano Previdida, sendo que o valor da contribuição no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 807 (2012 - R\$ 553).

As obrigações atuariais do Plano FITPREV estão integralmente cobertas pelo patrimônio do plano.

23 Outras informações

- Avais e fianças prestados montam a R\$ 201.477 (2012 - R\$ 193.937), conforme critérios para provisão determinados pela Resolução CMN nº 2682/99.
- Os patrimônios líquidos dos fundos de investimento administrados pelo Banco montam a R\$ 243.035 (2012 - R\$ 306.255), sendo representado por 3 Fundos.



c) Composição outras despesas administrativas:

Descrição	2º semestre	2013	2012
Despesas de serviço técnico especializados	7.614	13.500	12.120
Despesas de amortização e depreciação	4.113	7.813	5.097
Despesas de processamento de dados	3.703	6.886	5.627
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.521	4.584	3.228
Despesas de viagens ao exterior	1.446	2.680	2.417
Despesas de aluguéis	1.270	2.501	2.082
Despesas de serviços de terceiros	1.231	2.277	2.392
Despesas de serviços de vigilância e segurança	923	1.614	1.195
Despesas de comunicações	741	1.450	1.145
Despesas de manutenção e conservação de bens	664	1.205	1.014
Despesas de viagens no país	336	581	660
Despesas de água, energia e gás	225	437	538
Outras despesas	2.374	4.133	3.030
Total	<u>27.161</u>	<u>49.661</u>	<u>40.545</u>

d) Composição outras receitas operacionais:

Descrição	2º semestre	2013	2012
Recuperação de encargos e desp. de trib. e contribuições	7.571	7.571	12.707
Outras recuperações de encargos e despesas	822	1.464	839
Reversão de provisões operacionais	17.130	17.504	1.293
Atualização monetária de imp.e contrib. a compensar	52	71	103
Outras rendas operacionais	650	2.110	710
Total	<u>26.225</u>	<u>28.720</u>	<u>15.652</u>

e) Composição outras despesas operacionais:

Descrição	2º semestre	2013	2012
Provisão para passivos trabalhistas	4.930	5.422	18.661
Provisão para riscos fiscais	5.885	9.328	6.921
Provisão para passivos contingentes	5.112	5.521	4.084
Outras despesas operacionais	503	1.289	305
Total	<u>16.430</u>	<u>21.560</u>	<u>29.971</u>



24 **Convergência as Normas Internacionais de Contabilidade**

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

25 **Eventos Subsequentes**

Medida Provisória nº 627 (MP 627/13)

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CSLL, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

O Banco aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos para o Banco.

* * *